Publicado em 28/05/2022 - 05:54

RS perde vagas em novo programa; falta de médicos desafia municípios

Estado perderá 17% das vagas de médicos com troca de programa

Secretários relatam demora na transição do Mais Médicos para o Médicos Pelo Brasil, e falta de profissionais desafia municípios

Problema tem atingido unidades de saúde como a de Harmonia, no Interior

> *Há preocupação do Conselho de Secretarias de Saúde com a perda de vagas no Estado e com a velocidade de reposição. Estamos sempre em contato com o Ministério da Saúde, buscando informações, porque o nosso objetivo é que não ocorra desassistência.*
>
> **GUILHERME RIBAS**
> Presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems-RS)

> *Os contratos vigentes do programa anterior* (Mais Médicos) *não serão cancelados ou suspensos* (se encerram quando atingirem o prazo de duração máxima). *A finalidade do Médicos pelo Brasil é prover profissionais médicos em locais de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade.*
>
> **MINISTÉRIO DA SAÚDE**
> Em nota divulgada sobre o tema

MARCELO GONZATTO
marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

Já sobrecarregados com a pandemia e pressionados pela proximidade do inverno, gestores de saúde pública no Rio Grande do Sul enfrentam outro problema: a falta de médicos.

A demora na transição entre os programas federais destinados a garantir a presença desses profissionais em todo o país e a redução nas vagas previstas ao Rio Grande do Sul mobilizam as prefeituras, que apelam para contratações temporárias e reorganização de pessoal a fim de aliviar o impacto da defasagem nos postos de saúde.

A quantidade total de vagas providas pela União no Estado vai encolher de 1.323 – total previsto pelo programa Mais Médicos, criado em 2013 no governo Dilma Rousseff e atualmente em processo de extinção no governo Jair Bolsonaro – para 1.103 pela nova iniciativa chamada Médicos Pelo Brasil, o que resultará em diminuição de 17% mesmo quando todas as convocações tiverem sido feitas.

Além disso, conforme o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems-RS), cerca de um quarto de todas as vagas criadas pelo Mais Médicos já estão descupadas, algo em torno de 330 profissionais, enquanto os novos especialistas prometidos pelo novo programa da União chegam em ritmo lento.

A transição entre os programas funciona da seguinte forma: à medida que os contratos firmados pelo antigo programa vão se encerrando, essas vagas são fechadas, e o Ministério da Saúde realiza novas convocações periódicas de acordo com as regras do Médicos Pelo Brasil, que envolve processos seletivos e diversos chamamentos ao longo do tempo.

O problema é que há descompasso entre a saída de parte dos profissionais e a chegada de novos. Até a metade de maio, segundo o Cosems-RS, foram chamados 115 médicos em duas convocações diferentes para municípios gaúchos – patamar insuficiente para dar conta da demanda, principalmente das cidades menores e menos atrativas à categoria.

– Há preocupação do Conselho de Secretarias de Saúde com a perda de vagas no Estado e com a velocidade de reposição. Estamos sempre em contato com o Ministério da Saúde, buscando informações, porque o nosso objetivo é que não ocorra desassistência – sustenta o presidente do Cosems-RS e secretário em Santa Maria, Guilherme Ribas.

Cuba

Em Harmonia, no Vale do Caí, por exemplo, o médico cubano que atendia a população havia dois anos teve seu contrato encerrado no final do mês passado, mas a cidade ficou sem notícia de quando receberá substituto mesmo tendo se cadastrado junto ao Ministério da Saúde.

A solução, para não comprometer o atendimento à população de 5 mil habitantes, foi fazer contrato emergencial com uma empresa prestadora de serviço, além de seguir contando com outros cinco profissionais com vínculo direto com a prefeitura. Para dar conta da demanda, os especialistas acabam fazendo também clínica geral, a exemplo do ginecologista do centro de saúde.

– Não nos deram previsão (*de quando chegará um profissional pelo novo programa federal*). Então, tivemos de fazer um contrato emergencial com uma empresa por meio do nosso consórcio (*Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí, que reúne prefeituras da região*) – afirma a secretária de Saúde de Harmonia, Simone Klassmann.

A contratação garante mais um profissional em pelo menos três dias da semana, podendo ser maior conforme a necessidade.

O Cosems-RS e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) dizem não ter relato de cidades completamente desassistidas graças a esse tipo de ação por parte das prefeituras, mas indicam que há dificuldade generalizada para atrair maior número de médicos, seja por meio das iniciativas federais ou por conta própria.

Pesquisa

Um levantamento realizado pela Famurs a pedido de ZH, com uma amostragem de 55 prefeituras que responderam ao questionário, mostra que 41 delas (equivalente a 78%) tinham carência de pelo menos um profissional, e as 14 restantes estavam com o quadro completo. Apenas nesse universo pesquisado, havia carência de 115 médicos.

– O novo programa federal é positivo, deverão ser feitos diversos chamamentos. Mas, de fato, há uma preocupação entre prefeitos de ficar sem alguns médicos durante a transição. Tentamos ajudar, fazer um meio de campo em relação aos pleitos de municípios que chegam até nós – afirma o presidente da Famurs, Eduardo Bonotto.

Procurado por ZH, o Ministério da Saúde se manifestou por meio de nota. A pasta informa que "os contratos vigentes do programa anterior não serão cancelados ou suspensos. A finalidade do Médicos pelo Brasil é prover profissionais médicos em locais de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade". O governo não se manifestou sobre eventuais queixas envolvendo a transição entre os programas ou reduções pontuais de vagas.

As diferenças

CONTRATAÇÃO
- **Mais Médicos:** por meio de chamamento público e, pelas regras mais recentes, com preferência para profissionais com registro no país. Somente depois disso há vagas para formados no Exterior e, como última possibilidade, médicos cubanos via acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). O Mais Médicos chegou a ter 18.240 profissionais contratados em todo o país, no auge do programa.
- **Médicos pelo Brasil:** processo seletivo, com exigência de registro em Conselho Regional de Medicina (CRM). A promessa do governo federal é de que as contratações cheguem a 18 mil profissionais, sendo 13 mil em municípios de difícil provimento. Os chamamentos deverão ocorrer à medida que vão terminando os contratos do Mais Médicos

TIPO DE VAGA
- **Mais Médicos:** o médico atua como bolsista durante a permanência no programa – três anos, prorrogáveis por outros três. Como é considerado um tipo de formação em serviço, não configura vínculo de trabalho
- **Médicos pelo Brasil:** há médicos tutores, com especialização, e bolsistas, que utilizam o período em serviço como especialização em medicina de família e comunidade, quando então também podem ser contratados como celetistas

SALÁRIOS
- **Mais Médicos:** R$ 12 mil de bolsa ou R$ 14 mil para médicos tutores, já incluídos incentivos de desempenho e tutoria, com moradia e alimentação custeada pelas prefeituras
- **Médicos pelo Brasil:** R$ 15 mil de bolsa ou R$ 17,5 mil para os tutores com formação em medicina da família, com posteriores progressões de carreira. Quem trabalhar em localidade remota, entre outras condições, pode receber faltas adicionais

FOCO DE ATENDIMENTO
- **Mais Médicos:** embora o objetivo fosse beneficiar localidades mais carentes, atende municípios de todos os perfis, incluindo grandes centros
- **Médicos pelo Brasil:** é focado nos vazios assistenciais, em cidades com maiores dificuldades para atrair profissionais de saúde, mais vulneráveis economicamente, e, segundo o Ministério da Saúde, com "maior concentração de vagas no Norte e no Nordeste"

OPERACIONALIZAÇÃO
- **Mais Médicos:** colocado em prática pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde (Saps), mas desenvolvido em parceria, por meio dos ministérios da Saúde e da Educação
- **Médicos pelo Brasil:** executado por meio da Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps), à qual os médicos ficam vinculados, com supervisão do Ministério da Saúde

Simers: nova iniciativa tem muitas vantagens

Presidente do Sindicato Médico do Estado (Simers), Marcos Rovinski afirma que o Médicos pelo Brasil precisaria avançar com mais rapidez para atender às necessidades dos municípios, mas entende que o programa tem muitas vantagens em relação à iniciativa anterior.

– Evidente que a transição não ocorre na velocidade em que os prefeitos, principalmente no Interior, gostariam. Mas temos informação do Ministério da Saúde de que todas as vagas serão preenchidas, com a vantagem de que serão médicos registrados no Conselho Regional de Medicina, com formação comprovada, e salários condizentes com essa formação – sustenta Rovinski.

Klassmann: "Tivemos de fazer um contrato emergencial com uma empresa"

Capital terá redução de dois terços dos postos; prefeitura nega prejuízos no atendimento

A mudança de programas federais destinados a prover médicos em cidades de todo o país deve levar a uma redução significativa no quadro de profissionais vinculados à União em Porto Alegre.

As 90 vagas a que a Capital tinha direito pelo programa Mais Médicos, agora em processo de extinção, têm previsão de se ressumirem a 30 contratos da iniciativa Médicos pelo Brasil – uma redução de dois terços.

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) avalia que a perda não provocará prejuízo ao atendimento em razão de outras ações adotadas no município como a contratualização feita com instituições privadas.

Segundo o setor de Atenção Primária da pasta, Porto Alegre conta com o reforço do Mais Médicos desde 2017. Das 90 vagas, que têm diferentes prazos de vigência, 36 se encerraram ou estão em fase final – as demais seguirão sendo fechadas até 2024, e não há previsão de que sejam integralmente substituídas.

– Fomos contemplados, pelo novo programa, com 30 profissionais que devem assumir até junho, sendo que alguns já entraram. Não há previsão de novas chegadas depois disso – afirma a diretora de Atenção Primária da SMS, Caroline Schirmer.

> *Fomos contemplados, pelo novo programa, com 30 profissionais que devem assumir até junho, sendo que alguns já entraram. Não há previsão de novas chegadas depois disso. (...) Já viemos preparando a atenção primária, fazendo contratos com o Divina (Providência), a Santa Casa e o Vila Nova, isso ajudou a prover mais médicos.*
>
> **CAROLINE SCHIRMER**
> Diretora de Atenção Primária da Secretaria da Saúde de Porto Alegre

Ela sustenta que a desidratação dos contratos feitos via Ministério da Saúde não deve ter impacto significativo no atendimento à população da Capital em razão de outras iniciativas que já vinham sendo adotadas:

– Já viemos preparando a atenção primária, fazendo contratos com o Divina (*Providência*), a Santa Casa e o Vila Nova, isso ajudou a prover mais médicos.

Atualmente, a Capital conta com 629 médicos, dos quais 326 correspondem a contratos firmados com parceiros privados (cerca de 52%) para atender em cem das 132 unidades de saúde existentes na cidade.

Outros 70 contratos são convênios com os hospitais Conceição e Clínicas, enquanto 143 profissionais estão vinculados de forma direta à secretaria. O restante é provido pelo Mais Médicos, agora em transição para a nova iniciativa da União.

Salários

Uma das razões para a diminuição de pessoal no município é um maior foco do programa Médicos pelo Brasil em cidades menores, áreas de maior vulnerabilidade e, conforme a descrição do próprio Ministério da Saúde, com "maior concentração de postos no Norte e no Nordeste do país".

Entre as vantagens, segundo Caroline, está a desobrigação da prefeitura de arcar com alguns custos. Pelo Mais Médicos, o município desembolsava cerca de R$ 3 mil por contrato em razão de custos como auxílio-moradia e vale-alimentação. Pelo novo modelo, todos os gastos ficam por conta da União.

"É o pior momento nos últimos anos"

A escassez de médicos resulta em prejuízos ao atendimento à população em cidades do Interior e exige que as prefeituras saiam em busca de profissionais por conta própria, muitas vezes por meio de contratos emergenciais, para que a carência de pessoal não feche os postos.

Trindade do Sul, onde vivem 57 mil pessoas no norte gaúcho, conta com três médicos, mas o contrato de um deles, assinado por meio do Mais Médicos, vence em setembro.

O município não tem garantia, até o momento, de que receberá reposição. Além disso, já existem duas vagas em aberto, mas a prefeitura encontra dificuldades para encontrar interessados.

– Em vez de receber, perdemos uma médica que foi selecionada pelo novo programa do governo e foi trabalhar em outra cidade. Com esse déficit, não conseguimos atender plenamente a nossa demanda – afirma a coordenadora de Saúde da prefeitura, Luciane Chagas.

Os buracos na escala dificultam a realização de visitas às casas de pacientes, aumentam a fila na unidade de saúde, exigindo a aplicação de critérios de prioridade para atendimento, e exigem medidas temporárias como a renovação do receituário médico uma vez sem o comparecimento do doente ao posto.

> *Em vez de receber, perdemos uma médica que foi selecionada pelo novo programa do governo e foi trabalhar em outra cidade. Com esse déficit, não conseguimos atender plenamente a nossa demanda.*
>
> **LUCIANE CHAGAS**
> Coordenadora de Saúde da prefeitura de Trindade do Sul

– Esse é o pior momento que enfrentamos nos últimos anos – acrescenta Luciane.

As contratações emergenciais são um dos principais recursos utilizados pelos municípios para evitar problemas ainda maiores. Em Santo Cristo, no Noroeste, havia um profissional concursado, dois do Mais Médicos e duas contratações emergenciais, mas um dos profissionais vinculados ao programa federal encerrou seu período de trabalho neste mês, e o contrato do segundo termina no ano que vem.

– O profissional do Mais Médicos cujo contrato terminou era cubano. Agora, estamos esperando que venha alguém do Médicos pelo Brasil, mas não temos nada oficial ainda – afirma a coordenadora de Saúde do município, Léo Afonso Birk.

Instabilidade

A solução diante da perda de uma vaga, segundo Birk, é redistribuir a demanda de serviço entre os quatro médicos restantes. O coordenador pondera que mesmo as contratações em caráter emergencial têm eficácia limitada, já que muitas vezes os médicos vão embora quando recebem proposta melhor, ou deixam a cidade para complementar a formação por meio de uma residência.

– Vamos esperar pelo governo federal para tentar suprir essa vaga que está aberta – afirma Birk.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Atenção básica **Pagina:** 10 e 11

Copyright © Clipclap 2025.